

Governo aperta suas despesas até março

Valter Melo

Quando falta pouco mais de um mês para terminar o seu período, o atual governo decidiu aplicar um grande arrocho das suas despesas. A austeridade, segundo disse ontem o secretário-geral do Ministério da Fazenda, Mailson da Nóbrega, consiste em: 1 — Adiar despesas previstas nos Ministérios e demais repartições públicas; 2 — As empresas estatais deverão comprar ORTNs com suas eventuais sobras de caixa; 3 — Os bancos federais estão proibidos de conceder novos empréstimos, até 15 de março, exceto à agricultura.

O governo também estabeleceu os parâmetros de despesas inadiáveis, que ficarão fora do plano de austeridade. Por exemplo, recursos para pagamento do funcionalismo público, socorro às vítimas das enchentes e aquisição da merenda escolar. Também não sofrerão postergações as transferências dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios, além de outros repasses previstos em lei. Também considera-se como compromissos inadiáveis os pagamentos da dívida externa (juros e amortizações).

Essas orientações foram passadas ontem aos secretários-gerais de Ministérios, em reunião pela manhã na Seplan, pelos titulares desses postos do Ministério da Fazenda e Seplan, respectivamente Mailson da Nóbrega e Flávio Pécora. No último dia 28, o ministro da Seplan, Delfim Netto, reuniu em seu gabinete do Palácio do Planalto dirigente das principais empresas estatais e de economia mista e de bancos federais (Banco do Brasil, BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco Central).

O objetivo maior da mobilização pela austeridade, segundo disse Mailson, é evitar o estouro da base monetária (emissão primária de papel-moeda) na véspera da entrega de faixa presidencial, a 15 de março próximo. A intenção é forçar a contração da base monetária (a "maquininha" está proibida de funcionar) e ao mesmo tempo obter o máximo de superávit de caixa do Tesouro Nacional, com

a arrecadação de impostos superando em muito as despesas e transferências de recursos. Em dezembro último, a moeda cresceu em 35,8 por cento.

Além de tentar recuperar o tempo perdido, conforme explicou Mailson, a intenção é não entregar ao futuro presidente Tancredo Neves as finanças do País em completa desorganização e, com isso, facilitar o trabalho de escolha de prioridades, bem como não "tumultuar" a política monetária do próximo governo. Especificamente aos bancos federais, a orientação é no sentido de não expandir o crédito, ou seja, evitar vender títulos da dívida pública disponíveis em suas carteiras a fim de arrecadar dinheiro para fazer empréstimos. Se possível, devem aplicar recursos em liquidez em ORTNs junto ao Banco Central.

Quanto aos bancos privados, não há nada de novo, pois continuarão operando sem novas restrições. Já as estatais estão proibidas de iniciar obras, além de estarem instruídas no sentido de atrasar pagamentos de empreiteiros e fornecedores. As repartições públicas devem adiar, inclusive, a compra de papel, impressos de expedientes rotineiros e economizar combustível.

Esse programa de restrições de gastos, segundo o secretário-geral da Fazenda, já vem vigorando na prática desde 1º de janeiro de 1985. "A reunião de hoje (ontem) serviu para quebrar as expectativas de que a economia feita no mês passado pudesse ser afrouxada em fevereiro", esclareceu Mailson da Nóbrega.

Como resultado do zelo com os gastos públicos, o Tesouro obteve um superávit de caixa de Cr\$ 2 trilhões e 246 bilhões em janeiro, que é a diferença entre receita de Cr\$ 5 trilhões e 814 bilhões e despesa de Cr\$ 3 trilhões e 568 bilhões. Esses dados são apenas preliminares, sendo que até o dia 11 deverá sair o balanço com números definitivos. A previsão de superávit de caixa do Tesouro para este mês é de Cr\$ 1 trilhão e 500 bilhões.

O superávit do Tesouro em janeiro teve como causas principais menores repasses aos Estados e Municípios (uma vez que a Emenda Passos Porto não vigorou até dezembro), corte orçamentário de 15 por cento estabelecido no final do ano passado pelo presidente da República e a própria economia de recursos em si. O que sobra dos recursos arrecadados com impostos, extraídas as despesas, é esterilizado no Banco do Brasil.